

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 530.614 - MG (2019/0259897-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FERNANDO DE ALMEIDA PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FERNANDO DE ALMEIDA PEREIRA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravado em Execução Penal n. 1.0313.16.002062-1/001).

Os autos dão conta de que o Juízo da Vara de Execuções Criminais e de Precatórias Criminais da Comarca de Ipatinga/MG indeferiu o pedido do Ministério Público para que o marco inicial para benefícios fosse alterado para data do trânsito em julgado da última condenação (e-STJ fls. 21/23).

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs recurso de agravo em execução perante o Tribunal de origem, que, por maioria de votos, lhe deu provimento nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 73):

AGRAVO EM EXECUÇÃO - UNIFICAÇÃO DE PENAS - NOVO MARCO TEMPORAL PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS - NECESSIDADE - DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENAÇÃO - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. 1. Necessária é a fixação de novo marco temporal para a concessão dos benefícios da execução quando ocorre unificação de penas. 2. Observa-se assim a data do trânsito em julgado da última condenação e não a data da prisão do sentenciado ou da decisão de unificação. 3. Recurso ministerial provido. V.V. Deve ser afastado o teor do Incidente de Uniformização de Jurisprudência no Agravo em Execução Penal nº 1.0704.09.136730-7/001 (DJ 22/08/2012), deste Tribunal de Justiça, por se revelar como prejudicial ao reeducando, na medida em que, na ausência de previsão legal, adota interpretação que lhe é menos benéfica.

Os embargos infringentes interpostos foram rejeitados (e-STJ fls. 103/106 e 123/127).

No presente *habeas corpus*, a impetrante defende que a data da última prisão deve ser o marco inicial para a contagem do prazo dos novos benefícios

Superior Tribunal de Justiça

executórios. Assim, requer o restabelecimento da decisão de primeiro grau.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 135/137).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 141/188 e 190/193).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou *"pela concessão da ordem a fim de determinar-se que a data-base não se altere em decorrência da unificação das penas"* (e-STJ fls. 198/199).

É, em síntese, o relatório.

Consoante se verifica do relatório, no caso dos autos, o Juízo da Vara de Execuções Criminais e de Precatórias Criminais da Comarca de Ipatinga/MG indeferiu o pedido do Ministério Público para que o marco inicial para benefícios fosse alterado para data do trânsito em julgado da última condenação (e-STJ fls. 21/23).

O Tribunal de origem, por maioria de votos, deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público estadual, *"para fixar como data-base para os benefícios da execução a data de 22 de outubro de 2013"* (e-STJ fl. 180). Eis os fundamentos adotados para tanto (e-STJ fls. 179/161):

O magistrado primevo fixou o termo a quo para a contagem de futuros benefícios a data da última prisão do agravado.

Aplica-se in casu a data do trânsito em julgado da última condenação nos termos do entendimento pretoriano do STJ e do Incidente de Uniformização nº 1.0704.09.136730-7/001 deste Egrégio Tribunal.

O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou acerca da espécie a saber:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FUTUROS. TERMO A QUO. TRÂNSITO EM JULGADO DA NOVA CONDENAÇÃO. 1. Este Tribunal tem reiteradamente decidido que a data-base a ser considerada, para fins de aquisição de benefícios da execução penal, em razão da unificação de penas, é o dia do trânsito em julgado da nova condenação, não importando ter sido por fato anterior ou posterior ao início da execução penal. 2. Ordem parcialmente concedida para fixar a data do trânsito em julgado da nova sentença condenatória do paciente como marco interruptivo para a concessão de futuros benefícios da execução penal." [HC 196957/MG. Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR. Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA. Data do Julgamento 14/02/2012. Data da Publicação/Fonte DJe 27/02/2012].

Este Tribunal de Justiça no Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 1.0704.09.136730-7/001 dispôs o seguinte:

"EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

JURISPRUDÊNCIA - AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - UNIFICAÇÃO DE PENAS - MARCO INICIAL PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO. - O marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução penal, após a unificação das penas, será a data do trânsito em julgado da nova sentença condenatória, independente se o crime foi praticado antes ou após o início do cumprimento da pena."

Acolho destarte o pleito ministerial, para fixar como data-base para os benefícios da execução a data de 22 de Outubro de 2013.

De fato, até há pouco tempo, esta Corte Superior de Justiça tinha o entendimento de que, sobrevindo nova condenação ao apenado no curso da execução da pena – por crime anterior ou posterior –, o marco inicial para a obtenção de novos benefícios executórios seria o trânsito em julgado da nova condenação.

No entanto, em julgamento finalizado na sessão do dia 22/2/2018, a Terceira Seção, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.557.461/SC, da relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, alterou esse entendimento para concluir que a superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não serve de marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

A propósito, confira-se a íntegra da ementa do mencionado acórdão:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. **A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.** Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. **Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido**

registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido (DJe de 15/3/2018, grifei).

Nesse mesmo sentido, ainda, o seguinte precedente:

HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.

2. Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.

3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.

4. Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.

5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016 (HC 381.248/MG, relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

3/4/2018, grifei).

Dessa forma, na linha da recente orientação jurisprudencial desta Corte, sobrevindo nova condenação no curso da execução, deverá o Juízo da execução realizar a unificação das penas impostas ao sentenciado, no entanto, não poderá, diante da ausência de previsão legal, considerar o trânsito em julgado da nova condenação como marco inicial para novos benefícios, devendo, em casos como o presente, observar, como estabelecido pela Terceira Seção (REsp n. 1.557.461/SC), a data da última prisão ou da última falta disciplinar.

Ante o exposto, **concedo a ordem** para cassar o acórdão proferido no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 1.0313.16.002062-1/001 e, consequentemente, restabelecer a decisão de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator